



Assunto: Alteração do Regulamento Orientador da Concessão de Incentivos à Adaptação Climática de Estabelecimentos Comerciais na Área da Intervenção do Projeto COOLIFE Almada (Projeto 101114517 — LIFE22-CCA-PT-COOLIFEALMADA) – Início do procedimento

Proposta Nº 2026-36-DPGA

Pelouro: ADMINISTRAÇÃO GERAL, CANDID. DE FINAN., AUT. VETERINÁRIA, AUDIT. C. INTERNO, ASSU. JURÍDICOS FISC., INFRA. OBRAS MUNICIPAIS, ESP. VERDES, PLAN. ADMIN. URBANÍSTICA, I. AMBIENTAL, CLIMA E SUST. E CULTURA

Serviço Emissor: Inovação, Ambiente, Clima e Sustentabilidade

Processo Nº _____ *Preenchimento manual*

Considerando que:

- O Município de Almada tem em curso a execução do seu Plano de Ação Climática Almada 2030, abrangido pelas obrigações legais da Lei n.º 98/2021 de 31 de dezembro, também denominada de Lei de Bases do Clima;
- O Município desenvolve estratégias para enfrentar o desafio das alterações climáticas, abrangendo a mitigação climática (redução de emissões) e a adaptação climática, aumentando a resiliência do território para as mudanças climáticas;
- No âmbito das ações que vão decorrendo em paralelo à apresentação do referido "Plano de Ação Climática Almada 2030", e no contexto da adaptação às alterações climáticas e da preparação do território para o aumento das ondas de calor, a Câmara Municipal de Almada contratualizou com a European Climate, Infrastructure and Environment Executive Agency (CINEA), a 14 de junho de 2023, o Contrato de Financiamento do Projeto 101114517 — LIFE22-CCA-PT-COOLIFE ALMADA, com a designação de "COOLIFE ALMADA: Facing heat waves through 4D cooling actions in Almada hotspots";
- O projeto tem como objetivo ensaiar, avaliar e demonstrar soluções de adaptação climática numa área central da cidade Almada, no sentido de assegurar uma melhor adaptação e resiliência a ondas de calor, reduzindo a temperatura no espaço público.

No âmbito deste Projeto está prevista uma medida específica para a atribuição de apoios financeiros, sob a forma de subvenções, aos estabelecimentos comerciais e de serviços localizados na área de



intervenção, que pretende apoiar a instalação de soluções de adaptação climática e melhorar a climatização dos estabelecimentos comerciais.

Neste contexto, foi aprovado o Regulamento n.º 652/2025, publicado no *Diário da República* n.º 98, 2.ª série, de 22 de maio de 2025, aprovado pelas deliberações do Executivo Municipal em 7 de abril de 2025 e da Assembleia Municipal em 16 de abril de 2025 (Proposta n.º 2025-123-DPGA), criando o Programa de Incentivos à Adaptação Climática de Estabelecimentos Comerciais na área da Intervenção do Projeto COOLIFEALMADA. O Programa foi estruturado como instrumento financeiro para apoiar os agentes económicos localizados na área de intervenção do projeto, nomeadamente através da instalação de soluções de sombreamento, ventilação passiva, conforto térmico e climatização eficiente. O Regulamento enquadra o programa de apoio aos comerciantes, bem como os procedimentos aplicáveis à apresentação, avaliação e seleção das respetivas candidaturas. O primeiro aviso de abertura de candidaturas deste programa de incentivos decorreu entre 4 e 25 de junho de 2025, tendo o Relatório Final com os resultados da análise das candidaturas sido publicado a 22 de julho de 2025.

Contudo, a experiência resultante da fase inicial de implementação do referido Regulamento, no âmbito da qual foi rececionada apenas uma candidatura, veio evidenciar que, não obstante os resultados positivos alcançados, subsiste ainda uma margem significativa para reforçar o impacto do programa junto do comércio local.

Com efeito, o Projeto COOLIFEALMADA dispõe atualmente de dotação financeira disponível no montante de **48.428,55 €**, destinada especificamente ao apoio a comerciantes, o que permite e justifica a abertura de novas fases de candidatura, com vista a abranger um número mais alargado de estabelecimentos e a maximizar a eficácia das medidas de adaptação climática previstas no projeto. Paralelamente, o processo de auscultação subsequente junto dos comerciantes locais permitiu identificar um conjunto de constrangimentos que condicionaram a participação na fase inicial, evidenciando a necessidade de proceder a ajustamentos pontuais ao enquadramento regulamentar. Neste contexto, e com vista a assegurar uma maior abrangência, eficiência e impacto do programa, considera-se justificada a introdução de alterações ao Regulamento, nomeadamente:

1. Ampliação da área de intervenção: Verificou-se que a delimitação geográfica inicialmente definida para efeitos de elegibilidade se revelou excessivamente restritiva face aos objetivos do projeto e às necessidades efetivamente identificadas no território. Uma delimitação geográfica menos restritiva do que a inicialmente estabelecida para efeitos de elegibilidade das candidaturas, abrangendo a totalidade da área desde o início definida como “área de influência do projeto”, poderá permitir alcançar um conjunto mais abrangente de



estabelecimentos comerciais que apresentam condições urbanas, climáticas e funcionais semelhantes, e cujas necessidades de adaptação climática se enquadram nos objetivos do Projeto COOLIFEALMADA. Com efeito, vários estabelecimentos comerciais de localização próxima da área de intervenção do projeto manifestaram interesse em participar no programa, encontrando-se igualmente expostos a condições urbanas e climáticas adversas.

Refira-se, por último, que o Ponto de Contacto da Comissão Europeia para o Programa LIFE já indicou que esta alteração é considerada compatível com os objetivos e enquadramento do projeto, não colocando em causa a sua coerência nem os compromissos assumidos, sendo prevista a preparação de um regulamento revisto que reflita esta alteração, caso a mesma venha a ser autorizada.

Considera-se assim expectável que a ampliação da área de elegibilidade permita abranger comerciantes que não reuniram condições para se candidatarem na primeira fase. Acresce ainda que a experiência bem-sucedida do primeiro beneficiário deverá contribuir para o reforço da confiança no programa, potenciando a eficácia das ações de comunicação, mobilização e adesão nas fases subsequentes.

2. Simplificação do processo de avaliação das candidaturas: Foi igualmente identificada a necessidade de proceder à agilização e simplificação do processo de avaliação das candidaturas, por forma a torná-lo menos moroso e burocrático, sem prejuízo do cumprimento dos princípios da transparência, da equidade, da legalidade e do rigor técnico que devem nortear a atuação da administração pública. A simplificação dos procedimentos administrativos visa adequar o modelo de candidatura às capacidades organizativas e operacionais dos comerciantes, em particular dos pequenos estabelecimentos, reduzindo obstáculos à participação e promovendo uma maior adesão ao programa. Paralelamente, esta alteração permitirá uma tramitação mais eficiente por parte dos serviços municipais, contribuindo para uma gestão mais célere e eficaz do programa, em linha com os objetivos de execução do Projeto COOLIFEALMADA.

Neste sentido, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual, em conjugação com o disposto na alínea k), do n.º 1 do artigo 33.º do RJAL, bem como do disposto nos artigos 55.º e 96.º e seguintes CPA, **propõe-se que a Câmara Municipal de Almada delibere o seguinte:**



1. Dar início ao procedimento de alteração do Regulamento Orientador da Concessão de Incentivos à Adaptação Climática de Estabelecimentos Comerciais na Área da Intervenção do Projeto COOLIFE Almada (Projeto 101114517 — LIFE22-CCA-PT-COOLIFEALMADA);
2. Que a constituição como interessados e a apresentação de contributos se processe por meio de requerimento, a dirigir à Sr.ª Presidente da Câmara de Almada, identificando devidamente o requerente e o procedimento;
3. Que se proceda à publicitação no sítio institucional do Município do início do procedimento, nos termos previstos no artigo 98.º do CPA;
4. Que se delegue na Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Ambiental (DPGA) do Departamento de Intervenção Ambiental, Clima e Sustentabilidade (DIACS), a Arq.ª Maria Alexandra Castro, ou quem a venha a substituir, a direção do procedimento regulamentar, nos termos previstos no n.º 2, do artigo 55.º do CPA.